

TEXTO DE OPINIÃO

PESCA DE LAGOSTAS NO BRASIL: MONITORAR PARA ORDENAR

José Augusto Negreiros Aragão¹

INFORMAÇÕES GERAIS

A pesca de lagostas na costa brasileira é uma das atividades pesqueiras de maior importância social e econômica, especialmente para os municípios da faixa litorânea da região Nordeste (IBAMA/GTT, não publicado). Milhares de empregos são gerados pela atividade, estimando-se que perto de 100 mil pessoas dela dependam, direta ou indiretamente (*). É uma atividade voltada, basicamente, para o mercado externo e as exportações anuais giram, historicamente, em torno de 2.500 toneladas de cauda, o que corresponde ao ingresso de divisas da ordem de 50 a 90 milhões de dólares. Nos últimos 5 anos, porém, vem sendo observada uma tendência de queda, atingindo cerca de 35% na produção e nas exportações no ano de 2012 (BRASIL, 2013).

A área de exploração tradicional do recurso compreendia a costa que vai dos estados do Ceará a Pernambuco, mas face aos baixos rendimentos obtidos pelas pescarias, a partir do final dos anos de 1980, verificou-se uma considerável expansão das áreas de pesca, com a intensificação das atividades na costa dos estados da Bahia e do Espírito Santo (FONTELESFILHO; XIMENES; MONTEIRO, 1988) e do Pará e Maranhão, no final dos anos de 1990, para onde se deslocou parte da frota do estado do Ceará (ARAGÃO, no prelo-a). As principais espécies capturadas são a lagosta-vermelha *Panulirus argus* e a lagosta-verde *Panulirus laevicauda*, embora sejam encontradas com frequência a lagosta-pintada *Panulirus echinatus* e a lagosta-sapateira *Scyllarides brasiliensis* e *Scyllarides delfose* (MELO, 1999).

Até o final dos anos de 1980, as pescarias eram predominantemente de caráter industrial, realizadas por embarcações de casco de ferro, com comprimentos em torno de 24 metros, que utilizavam como arte de

pesca o manzuá, uma armadilha com estrutura de madeira coberta por uma malha de polietileno (IBAMA, 1994). Devido à baixa produtividade das pescarias e à insuficiente rentabilidade, os barcos industriais foram gradativamente sendo paralisados e hoje a frota é composta basicamente por barcos de madeira, com comprimento variando geralmente entre 12 e 16 metros, denominados “lanchas”, por embarcações motorizadas de pequeno porte e grande número de embarcações a vela (CARVALHO et al., 1996); (CASTRO E SILVA; ROCHA, 1999); (FONTELES-FILHO, et al., 1985).

Apesar do manzuá continuar sendo a única arte de pesca legalmente permitida (IBAMA - Instrução Normativa nº 138, de 6 de dezembro de 2006), são utilizados também outros diferentes tipos como a rede de emalhar de fundo, conhecida como caçoeira, o mergulho livre e o mergulho com compressor e, mais recentemente, o mergulho com o auxílio de atratores artificiais, construídos com tambores vazios, modificados para um formato de “caixa”, que atrai e serve de “refúgio” para os indivíduos (DIAS-NETO, 2008). Na verdade, a utilização do manzuá é restrita a poucas embarcações, em algumas localidades específicas. No Rio Grande do Norte predominam a caçoeira e o mergulho (IVO; RIBEIRO-NETO, 1996) e em outros estados a pesca é praticada principalmente com caçoeira. No Ceará a pesca com atratores artificiais, denominados marambaias, passou por uma vertiginosa expansão nos últimos 5 anos (ARAGÃO, no prelo-a).

A produção de lagostas é basicamente destinada ao mercado externo, principalmente os Estados Unidos. No período de 2000 a 2012, as exportações oscilaram em torno de 2.200 toneladas, com um pico de 2.767 t em 2002. Desde 2010, verifica-se um declínio das exportações, acentuado em 2012, quanto foi registrada a menor quantidade exportada no período, apenas

(*) Estimativa baseada numa frota de 2.986 embarcações permissionadas pelo MPA.

¹. Analista Ambiental do IBAMA/CE. E-mail: j_aragao@hotmail.com

1.474 toneladas. Deve-se reconhecer que, em parte, esse declínio deve-se à proibição da importação de lagostas com comprimento de cauda inferior a 14,5 centímetros pelo governo americano.

Em termos de divisas, o maior valor foi registrado em 2007, cerca de 92,1 milhões de dólares, e o menor em 2012, apenas 48,9 milhões de dólares (Figura 1). O estado do Ceará é tradicionalmente o maior produtor e exportador de lagostas, mas é preciso destacar que, hoje, grande parte dos desembarques e da lagosta processada são oriundos de outros estados, principalmente do Pará.

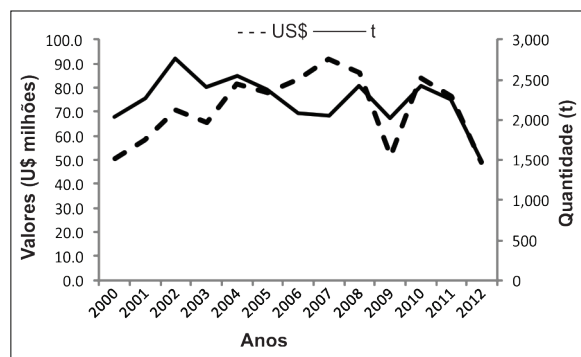


Figura 1 - Quantidades e valor das exportações brasileiras de lagostas no período 2000 a 2012.

(Fonte: MDIC/Aliceweb, 2013. Dados primários).

A aparente estabilidade das quantidades exportadas até 2008 levou ao julgamento errôneo, por parte de alguns administradores pesqueiros, de que a atividade vinha sendo exercida de forma sustentável. Ocorre que, com o passar do tempo, verificou-se grande expansão das áreas de pesca e a utilização de métodos e artes de pesca cada vez mais eficientes, com maior poder de captura. Esses fatores contribuíram para a falsa impressão de que a abundância dos estoques vinha se mantendo em níveis satisfatórios, quando, na verdade, rendimentos cada vez menores vinham sendo observados há anos nas áreas mais tradicionais como na costa do estado do Ceará (DIAS-NETO, 2008); (FONTELES-FILHO et al., 1985).

ORDENAMENTO DAS PESCARIAS

Infelizmente, pouca atenção tem sido dispensada ao monitoramento da atividade e a estudos e avaliações sobre o nível de exploração dos estoques de lagosta. Nem mesmo estatísticas de desembarques totais estão disponíveis atualmente. A composição da frota, bem como o número de barcos efetivamente operando hoje, é desconhecida.

Deve haver informações sobre o número de barcos licenciados no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), mas não têm sido divulgadas e, certamente, não correspondem à realidade. Esse descaso é algo inadmissível, principalmente se considerarmos a complexidade da atividade e sua grande importância no contexto social e econômico, em níveis regional e nacional, e que tanta polêmica levanta em relação à manutenção de sua sustentabilidade.

Apesar da existência de um Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas no Brasil, elaborado sob a coordenação do IBAMA e aprovado pelo Comitê de Gestão do Uso Sustentável de Lagostas (CGSL), integrado por instâncias do Governo e da sociedade civil diretamente relacionadas ao tema, a atividade continua sendo exercida por meio de padrões de pesca predatórios e de forma majoritariamente ilegal (DIAS-NETO, 2008). É evidente o excessivo número de embarcações atuando, muitas delas não permissionadas, o elevado nível de esforço de pesca e a participação expressiva de indivíduos jovens nas capturas (ARAGÃO, no prelo-b); (EHRHARDT; ARAGÃO, 2007). As redes caçoeiras, por sua vez, são responsáveis por provocar reconhecidos danos ao substrato de algas calcáreas, característico das áreas de ocorrência deste crustáceo, além de, juntamente com o mergulho, apresentar um poder de pesca bem superior ao manzuá (PAIVA; MATHEWS; IVO, 1973); (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 1996).

Como agravantes neste contexto, devem ser citados os subsídios e outros tipos de benefícios oferecidos pelo Governo. O subsídio ao óleo diesel tornam irreais os custos de produção e faz com que a frota continue operando mesmo com os baixos rendimentos, decorrentes da queda de abundância. O seguro-defeso, por sua vez, é um estímulo para pescadores forçarem o ingresso na atividade, uma vez que o benefício exige comprovação de atuação nas pescarias. Esses fatores contribuem de forma efetiva para a manutenção da forte pressão de pesca sobre os estoques.

Reconhecemos que o ordenamento da pesca de lagostas deve passar por processos de revisão e redirecionamento. São frequentes as fortes pressões do setor produtivo, no sentido de alterar o período de permissão para o exercício da atividade ou até mesmo estabelecer uma moratória, com a total paralisação da pesca, por um longo período. No entanto, são demandas que não podem ser analisadas de forma responsável, sem informações adequadas e, enquanto não for implementado um efetivo e amplo programa de pesquisa e monitoramento da atividade,

continuaremos sem os subsídios indispensáveis para definir e implementar medidas corretas, de forma a evitar, em curto prazo, a exaustão dos recursos.

PROGRAMAS DE PESQUISAS

O objetivo central de um programa de pesquisas voltado para a pesca extrativa é a geração de conhecimentos científicos para subsidiar o processo de ordenamento do uso do recurso, com vistas a otimizar socialmente sua utilização. Os métodos utilizados para diagnosticar o padrão de pesca e o nível de exploração dos estoques pesqueiros e determinar o nível sustentado de exploração biológica e econômica são, no entanto, complexos, e a sua aplicação exige séries históricas longas de diferentes tipos de dados sobre a biologia das espécies, o nível e o padrão de esforço de pesca aplicado e a composição das capturas e do estoque (ARAGÃO; DIAS-NETO, 1988).

A obtenção desses dados requer a implementação de um amplo e contínuo programa de pesquisas que contemple a obtenção de dados e informações nas diversas etapas do processo produtivo, como por ocasião dos desembarques, a bordo das embarcações comerciais e de pesquisa, nas indústrias etc. São desenvolvidos, então estudos procurando determinar padrões de exploração adequados, correlacionar a distribuição espacial e sazonal, bem como as variações de abundância, com as condições ambientais, e, na medida do possível, desenvolver metodologias de previsão de capturas (COCHRANE, 2002).

No caso das pescarias de lagosta, esses trabalhos eram conduzidos tradicionalmente por instituições de pesquisa, como as extintas SUDEPE/PDP, SUDENE e, principalmente, pelo Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR), com o apoio daquelas. Os dados gerados pelo LABOMAR são relativos ao período de 1974 a 1993 e serviram de base para a realização de diversos estudos. Em 1999, os Centros de Pesquisa do IBAMA assumiram a condução dos trabalhos, que foram executados pelo Projeto Lagosta, durante 6 anos, até 2005, quando também foram interrompidos.

Embora muitos estudos utilizando os citados dados tenham sido e continuem sendo realizados, hoje as pesquisas voltadas a essas pescarias são incipientes e não permitem uma avaliação atual acurada do padrão das mesmas nem do nível de exploração dos estoques. Mudanças importantes ocorreram nas pescarias como a expansão das áreas de pesca, novos tipos de embarcação e métodos de captura, alterações no nível do esforço de pesca (aumento?

diminuição?) e a queda das capturas, não havendo dados e informações para análises atualizadas e mais acuradas e densas, como a situação exige.

Um projeto recente, financiado pelo MPA/CNPq, coordenado pelo LABOMAR, gerou muitos dados e informações sobre a cadeia produtiva da lagosta, mas, embora indispensáveis, não são suficientes para subsidiar o processo de ordenamento como um todo. Está também em andamento um projeto sobre avaliação dos estoques das lagostas e da efetividade de medidas regulatórias, com o uso de uma abordagem bayesiana, também financiado pelo MPA/CNPq, sob a coordenação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que, utilizando os dados disponíveis, tem por objetivo fazer uma avaliação do nível de exploração dos estoques, levando em conta as incertezas inerentes a este tipo de estudo.

Os projetos de coleta de dados estatísticos e monitoramento da pesca da lagosta mais recentes, que vinham sendo executados pelos Centros de Pesquisa do IBAMA e que tinham como objetivo gerar dados e informações fundamentais para orientar o processo de ordenamento da pesca da lagosta, foram desativados de forma abrupta, considerada, por nós, precipitada. Para que se tenha uma melhor ideia do quadro atual, a coleta de dados estatísticos da pesca por meio do Projeto de Monitoramento da Pesca (ESTATPESCA), iniciada em 1991, foi interrompida em 2008 e, desde então, sequer existem dados elementares para que se possa ter pelo menos uma avaliação mais concreta do padrão e do nível de exploração dos estoques.

Ultimamente, têm sido comuns projetos de pesquisa pontuais, executados, às vezes, por ONGs nem sempre comprometidas com a questão ambiental, sem continuidade e que, embora possam até gerar relevantes informações, não atendem às necessidades do adequado ordenamento da pescaria. Precisamos, na verdade, de um amplo, detalhado e contínuo programa de monitoramento da atividade, sem o qual não será possível dar respostas satisfatórias às questões que vem sendo rotineiramente colocadas.

Finalmente, é oportuno enfatizar que, apesar da existência do MPA, o MMA e o IBAMA não podem se furtar da missão e da responsabilidade relativas à salvaguarda do recurso natural renovável, no caso a lagosta, para as gerações futuras. As competências institucionais estão claramente definidas no Regimento Interno do IBAMA, Portaria MMA nº 341-2011, de 31/08/2011, que estabelece que “cabe ao IBAMA: promover, gerar, coletar e consolidar dados e informações sobre o uso dos recursos pesqueiros; elaborar proposta de plano de gestão para o uso

sustentável de recursos pesqueiros; propor normas, critérios, padrões e medidas para o uso sustentável dos recursos” (<http://www.ibama.gov.br/institucional/recursos-pesqueiros>). Nesse sentido, é essencial a aprovação do Projeto de Monitoramento da Pesca da Lagosta que ora se encontra em tramitação nos dois órgãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, J. A. N. Captura e esforço de pesca nas pescarias de lagosta no estado do Ceará no período de 1991 a 2010. No prelo-a.
- ARAGÃO, J. A. N. Composição das capturas de lagosta por tamanho nas pescarias no estado do Ceará no período de 1999 a 2005. No prelo-b.
- ARAGÃO, J. A. N.; DIAS-NETO, J. Considerações sobre ordenamento pesqueiro e sua aplicação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA, 5., 1987, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: AEP/ CE, 1988. p. 396-418.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior -MDIC (Sistema AliceWeb). Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em: 16 de abril de 2013.
- CARVALHO, R. C. A.; FERREIRA, C. R. C.; VASCONCELOS, J. A.; OLIVEIRA, M. Y. S.; CAMPOS, L. M. A. Custo e rentabilidade de embarcações envolvidas na pesca da lagosta no Nordeste do Brasil. 1995. **Bol. Téc. Cient. CEPENE**, v. 4, n. 1, p. 233-262, 1996.
- CASTRO e SILVA, S. M. M.; ROCHA, C. A. S. Embarcações, aparelhos e métodos de pesca utilizados nas pescarias de lagosta no estado do Ceará. **Arq. Cien. Mar**, Fortaleza, v. 32, n.1-2, p.1-21, 1999.
- COCHRANE, K. L. (ed.). A fishery manager's guidebook. Management measures and their application. **FAO Fisheries Technical Paper**. N° 424. Rome: FAO. 2002. 231p.
- DIAS-NETO, J. (Org.). **Plano de gestão para o uso sustentável de Lagostas no Brasil: *Panulirus argus* (Latreille, 1804) e *Panulirus laeviscauda* (Latreille, 1817)**. Brasília: IBAMA, 2008, 121p.
- EHRHADT, N; ARAGÃO, J. A. N. Executive Summary -Brazil spiny lobster *P. argus* fishery. Report on the Fifth Regional Workshop on the Assessment and Management of the Caribbean spiny lobster. Mérida, Yucatán, Mexico, 19-29 September 2006. **FAO Fisheries Report** (826). Rome, FAO. 2007. 99p.
- FONTELES-FILHO, A. A.; SOUZA, A. R.; COELHO, A. S.; XIMENES, M. O. C. Parâmetros técnicos e índices de rendimento da frota lagosteira do Estado do Ceará, Brasil. **Arq. Cien. Mar**, Fortaleza, v. 24, p. 89-100, 1985.
- FONTELES-FILHO, A. A.; XIMENES, M. O. C.; MONTEIRO, P. H. M. Sinopse de informações sobre as lagostas *Panulirus argus* (Latreille) e *Panulirus laeviscauda* (Latreille) (Crustácea: Palinuridae), no Nordeste do Brasil. **Arq. Cien. Mar**, Fortaleza, n. 27, p. 1-19, 1988.
- IBAMA. **Relatório da Reunião do Grupo Permanente de Estudos (GPE) da Lagosta**. Rio Formoso – Tamandaré. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, 1994.
- IBAMA/GTT (Grupo Técnico de Trabalho). Lagosta 2002, Grupo de Trabalho Técnico da Lagosta do IBAMA. (GTT) Não publicado.
- IVO, C. T. C.; RIBEIRO-NETO, J. Estudo Comparativo Sobre a Pesca de Lagostas Com Rede de Espera e Mergulho no Estado do Rio Grande do Norte. **Bol. Téc. Cient. CEPENE**, Tamandaré, v. 4, n. 1, p. 135172, 1996.
- MELO, G. A. S. **Manual de identificação dos crustáceos decapoda do litoral brasileiro: Anomura, Thalassinidea, Palinuridea, Astacitea**. São Paulo: Plêiade/Fapesp, 1999. 551 p.
- PAIVA, M. P.; MATHEWS, H. R.; IVO, C. T. C. Pescarias experimentais da lagosta com redes de espera, no Estado do Ceará (Brasil). **Arq. Cien. Mar**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 121-134, 1973.
- VASCONCELOS, J. A.; OLIVEIRA, J. E. L. Estudo Comparativo Sobre a Pesca de Lagostas com Covo e Rede de Espera no Estado do Ceará. **Bol. Téc. Cient. CEPENE**, Tamandaré, v. 4, n. 1, p. 95-134, 1996.